

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: 31

Data: 14/09/74

Pg.: _____

Incrá não recebeu pedido para o caso dos xerentes

Da Sucursal e do correspondente

Técnicos do Incra informaram ontem, em Brasília, que não receberam nenhum pedido oficial da Funai para intervir no caso dos índios xerentes, que estariam, tendo choques com posseiros que habitam suas terras. Acrescentaram que "como se trata de assunto relacionado diretamente ao Ministério do Interior, é preciso obedecer o cumprimento de algumas formalidades legais".

Enquanto isso, em Goiânia, o titular da Setima Delegacia Regional da Funai informou que "os índios xerentes estão vivendo em paz, não existindo, pelo menos aparentemente, nenhuma ameaça à sua rotina de vida". A declaração foi feita a propósito das notícias sobre a possível requisição de tropas federais para impedir que os brancos invadam as propriedades dos índios em Tocantínia,

onde há cinco aldeias dessa tribo.

O delegado da Funai em Goiás informou que manteve ontem um contato telefônico com o presidente do órgão, general Ismarth Oliveira, confirmando também a inexistência de problemas com os xerentes. Acrescentou que, para uma viagem de rotina, o chefe do posto xerente em Tocantínia estivera quinta-feira em Goiânia e, como os demais, desconhecia a existência de qualquer problema.

Técnicos indigenistas, por sua vez, estão considerando a possibilidade de transferir os índios xerentes de sua reserva, ao norte de Goiás, embora entendam que esta solução só poderá ser adotada em último caso, uma vez que esses silvícolas — parentes dos xavantes — possuem um forte sentimento de posse de suas terras e dificilmente aceitarão qualquer mudança.

Os técnicos do Incra esclare-

ceram que a possível demarcação das terras e a titulação dos posseiros que habitam as áreas reclamadas pelos índios são totalmente impraticáveis porque as terras indígenas, pela Constituição, são inalienáveis. A possível solução seria a transferência dos posseiros para outras zonas do Incra, onde se desenvolvem projetos de colonização.

Contudo, para isso, existe um obstáculo legal: para se fazer essa transferência será necessário indenizar as benfeitorias dos posseiros e o Incra não quer arcar com essa responsabilidade. A Funai, por sua vez, segundo esclareceram os técnicos, não tem recursos financeiros disponíveis e por isso a solução seria uma fórmula conciliatória. Enquanto não forem demarcadas as terras indígenas, segundo o Incra, esses problemas de invasão por parte dos posseiros sempre ocorrerão.

Sarampo

"A Funai me proibiu de conceder entrevistas". O general Antonio Coutinho, chefe da 1.ª Delegacia da Fundação Nacional do Índio no Amazonas, resumiu nessas palavras, ontem, sua negativa de prestar esclarecimentos sobre um surto de sarampo que estaria vitimando índios no município de Tabatinga, a sudoeste do Amazonas. Na 1.ª Delegacia ninguém diz nada, mas na Subcoordenadoria da Amazonia, Porfirio Carvalho, mais acessível, explicou que o surto não está ocorrendo no sudoeste (alto Solimões), mas sim no alto rio Negro, precisamente no rio Icana, a 15 dias de viagem de barco de Manaus.

Na região, que fica acima do município amazonense de São Gabriel da Cachoeira, por onde passará a rodovia Perimetral-Norte, habitam os índios desana, tukano e baniwá. Porfirio Carvalho declarou que a Subcoordenadoria da Amazonia está sem meios de transporte para fazer inspeção na área e, por isso, não se sabe qual a extensão do surto.